

Termo de Referência 2/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2025	927678-CAMARA MUNICIPAL DE CAMBÉ - PR	FABIO DUENHAS RIBEIRO	17/01/2025 15:37 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	98/2025	91/2024

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de empresa especializada em manutenção de informática nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote	Item	Descrição	Subclasse do CNAE	Medição	Quantidade
1	1	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de informática, instalação e configuração de softwares e configuração e manutenção da Rede Interna, para a Câmara Municipal de Cambé.	9511-8/00	Mês	12

1.2. O prazo de vigência da contratação será de 13 meses contados da data a publicação do contrato ou nota de empenho no Portal Nacional de Compras Públicas.

1.3. O prazo de execução do serviço será de até 12 meses.

1.4. Os prazos de Vigência e Execução começam a fluir após a publicação do contrato ou documento equivalente.

1.5. Segue em anexo a este Termo de Referência a lista com o quantitativo total de equipamentos já possuídos e previstos para aquisição da Câmara Municipal de Cambé.

1.6. A lista mencionada no item 1.5. é meramente exemplificativa, não sendo delimitadora dos itens que necessitarão de manutenções, assim, caso a Câmara Municipal de Cambé venha a adquirir equipamentos além dos mencionados, estes, após o período de garantia, deverão ser também abrangidos pela manutenção solicitada no objeto desta contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1. Justificativa

2.1.1. A Câmara Municipal de Cambé não possui em seu quadro funcional profissional da área de informática, assim necessário se faz a contratação de empresa especializada na área para realizar a manutenção destes equipamentos, além de instalar e configurar softwares e realizar a manutenção e configuração da Rede Interna;

2.1.2. O atual contrato referente a este serviço (contrato administrativo nº 9/2023) não poderá ser prorrogado, consoante consta no Memorando nº 286/2024/Contratos, visto que sua prorrogação ultrapassaria os limites de valores para dispensa eletrônica, segundo a Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa.

2.2. Estudo Técnico Preliminar

2.2.1. Para esta contratação foi elaborado o estudo técnico preliminar nº 20/2024.

3. Descrição da solução

3.1. Contratação de empresa para realizar manutenções preventivas e corretivas nos equipamentos de informática da Câmara Municipal de Cambé.

4. Requisitos da contratação

4.1. Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte

4.1.1. O processo de contratação será exclusivamente destinado à participação de microempresas e empresas de pequeno porte conforme LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, art. 48, inciso I.

4.1.2. Poderão participar do certame as microempresas e empresas de pequeno que detenham atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste certame.

4.2. Local de Prestação dos Serviços

4.2.1. Os serviços deverão ser prestados na sede e anexo administrativo da Câmara Municipal de Cambé, localizados na Avenida Inglaterra nº 655 e nº 211, centro, Cambé- PR.

4.3. Garantia

4.3.1. Será exigida a garantia legal conforme Lei 8078/1990.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Forma de Execução

5.1.1. O serviço será prestado de segunda a sexta-feira, entre às 08:30 e às 17:00, nos prédios da Câmara Municipal de Cambé, localizados na Avenida Inglaterra nº 655 e nº 211;

5.1.2. A Contratada deverá comparecer à Câmara Municipal de Cambé, em até 24 horas, contados da comunicação emitida pelo representante da Contratante, a fim de atender ao chamado para a realização de manutenção;

5.1.3. Não havendo condições de efetuar o serviço no prédio da Câmara Municipal de Cambé, a Contratada deverá solicitar autorização do representante designado pela Contratante para efetuá-lo em sua sede;

5.1.4. Havendo a necessidade de substituição de peças, a Contratada deverá fornecer à Contratante, no prazo de 24 horas, contados da retirada do equipamento da Câmara Municipal de Cambé, relatório das peças a serem substituídas, indicando marca, modelo, preço e outros detalhes necessários que será, pelo setor responsável da Contratante, objeto de cotação de preços junto ao mercado, visando sua aquisição. As peças e materiais poderão ser fornecidos pela própria Contratada, após autorização expressa da Contratante, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados pelo mercado.

5.1.5. Após a autorização do reparo, a Contratada deverá realizar a respectiva manutenção, desolver o equipamento, e testá-lo juntamente com o representante designado pela Contratante, no prazo de 24 horas;

5.1.6. A Contratada deverá dar garantia conforme estabelecido na Lei 8.078/1990) para todo e qualquer serviço executado;

5.1.7. A Contratada deverá devolver ao representante da Contratante todas as peças substituídas;

5.1.8. A Contratada deverá arcar com todos os ônus necessários ao completo fornecimento do objeto contratado, incluindo o pagamento de taxas e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, transportes, despesas administrativas, cessão de veículos-oficina-básica, para transporte ferramental e do deslocamento do funcionário para a busca e posterior entrega dos serviços executados, bem como quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto contratado;

5.1.9. A Contratada deverá responder por quaisquer danos de qualquer natureza, que venha a sofrer seus empregados, terceiros ou à Contratante, em razão de acidentes ou de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de preposto da Contratada ou de quem agir em seu nome, decorrentes do objeto contratado;

5.1.10. A Contratada se responsabilizará por eventuais danos e acidentes que venham a ocorrer nos equipamentos da Câmara Municipal de Cambé, tanto de funcionamento quanto aos bens e serviços fornecidos, quanto por ato dos seus empregados ou prepostos no fornecimento dos bens e serviços contratados;

5.1.11. A Contratada deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação.

5.2. Subcontratação

5.2.1. A Contratada não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.3. Os Fiscais e o Gestor do Contrato serão indicados por portaria da Câmara Municipal de Cambé.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. Liquidação

7.1.1. A Contratada encaminhará ao fiscal operacional, no mês subsequente ao da prestação dos serviços, relatório indicando todos os serviços prestados no mês anterior;

7.1.2. Recebido o relatório supramencionado, o Fiscal Técnico/Operacional deverá, no prazo de até 2 dias úteis, encaminhar ao Gestor do Contrato, relatório indicando os serviços solicitados e os efetivamente prestados;

7.1.3. Até o segundo dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, o Fiscal Administrativo encaminhará ao Gestor do Contrato relatório informando se há ou não inconsistências relacionadas à regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

7.1.4. Recebido os relatórios supracitados, o Gestor do Contrato, não havendo inconsistências, comunicará a contratada, no prazo de até 2 dias úteis, para que realize a emissão da Nota Fiscal;

7.1.5. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 dias úteis para fins de liquidação.

7.2. Prazo de pagamento

7.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da liquidação da despesa.

7.3. Forma de pagamento

7.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, ou boleto bancário;

7.3.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. O critério de escolha da proposta deverá ser o da proposta mais vantajosa, conforme Art. 4º da Portaria 12/2024 da Câmara Municipal de Cambé, a saber:

Art. 4º O critério de escolha do futuro contratado no procedimento de contratação direta deverá ser o da proposta mais vantajosa, sempre que houver mercado concorrencial em relação ao seu objeto.

§ 1º Para escolha da proposta mais vantajosa, o Setor de Licitações e Contratos deverá analisar a conformidade técnica das propostas obtidas no procedimento de pesquisa de preços em face das exigências técnicas do objeto contidas no Termo de Referência (TR) ou Projeto Básico (PB).

§ 2º No caso de objeto em que não haja mais de um fornecedor ou prestador no mercado, a escolha do futuro contratado será justificada a partir da própria escolha técnica da solução durante a etapa do planejamento, devendo destacar os seguintes elementos:

I – caracterização completa e objetiva da situação que justifique tecnicamente a solução proposta que inviabiliza a competição;

II – razão objetiva de escolha do fornecedor ou prestador; e,

III – justificativa do preço proposto em comparação com outras contratações públicas ou privadas realizadas pelo particular, ou, excepcionalmente, por meio da comparação com outras contratações semelhantes.

§ 3º Nas contratações com base nos incisos I e II do Art. 75 da Lei 14.133 de 2021, deverá ser dada preferência às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar 123 de 2006.

§ 4º Para comprovar a condição de microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual, a empresa deverá apresentar Declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

8.2. Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto será de caráter continuado.

8.3. Exigências de habilitação

Os critérios de habilitação do fornecedor estão dispostos nos Artigos 7º e 8º da Portaria 12/2024 da Câmara Municipal de Cambé:

Art. 7º - Para comprovação do direito de contratar com a Administração Pública, serão solicitadas, apenas em relação ao particular da melhor proposta:

I - Certidão da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU para pessoa jurídica;

II - Consulta a restrições ao direito de contratar com a Administração Pública do TCE-PR;

III - Certidões individuais de inidoneidade (TCU), CNIA (CNJ), CEIS (Portal da Transparência) e CNEP (Portal de Transparência), para pessoa física.

Art. 8º - Para a habilitação do particular que tenha apresentado a melhor proposta no procedimento de contratação direta serão exigidos, exclusivamente, os seguintes documentos:

I - Capacidade jurídica, mediante apresentação de documento que comprove a existência jurídica do particular e sua capacidade de contrair obrigações na vida civil, conforme a natureza jurídica de cada um; incluindo o quadro societário;

II - regularidade fiscal, social e trabalhista, mediante apresentação de certidões de regularidade com a Fazenda Federal, FGTS e Justiça do Trabalho;

III - qualificação técnica, mediante comprovação da capacidade técnico operacional por meio de atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) a expertise do particular na execução de objeto(s) semelhante(s) e, se for o caso de obra ou serviços de engenharia, com a comprovação da capacidade técnico profissional, observados os limites e requisitos contidos no artigo 67 da Lei 14.133 de 2021; e,

IV - capacidade econômico-financeira, mediante apresentação de balanço patrimonial, demonstrações de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, bem como certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Ainda sobre as exigências de habilitação, temos outras condições dispostas no artigo 8º da mesma portaria, 12/2024, a saber:

§ 1º No procedimento de contratação direta para entrega de bem ou prestação de serviços com prazo imediato de até 30 dias e de valor inferior a 25% do limite previsto no inciso II do artigo 75 da Lei 14.133 de 2021, e atualizações posteriores, a documentação de habilitação limitar-se-á à comprovação da regularidade com a Fazenda Federal, FGTS e CNDT para as pessoas jurídicas, e apenas da quitação com a Fazenda Federal para pessoas físicas, sempre podendo ser supridas pelo SICAF.

§ 2º No procedimento de contratação direta para entrega de bem ou prestação de serviços com prazo imediato de até 30 dias de valor inferior a 5% do limite previsto no inciso II do artigo 75 da Lei 14.133 de 2021, ou de valor inferior a 25% do limite previsto no inciso II do artigo 75 da Lei 14.133 de 2021, quando o contratante for Microempreendedor Individual - MEI, fica dispensada a apresentação dos documentos de habilitação.

§ 3º As exigências contidas nos incisos III e IV deste artigo apenas serão pertinentes para procedimentos de contratação direta cujo objeto tenha natureza de prestação continuada ou que tenham efeitos para o futuro.

§ 4º Os documentos exigidos nos incisos I e II deste artigo poderão ser substituídos por aqueles extraídos do SICAF.

§ 5º Para julgamento da habilitação, poderão ser solicitadas outras informações ou documentos complementares que permitam melhores condições de análise.

§ 6º Na hipótese de o particular não atender as exigências para a habilitação, será examinada a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda as especificações do objeto, além das condições de contratação e de habilitação.

§ 7º Caberá ao Setor de Licitações e Contratos realizar a análise e julgamento das condições de contratação e de habilitação do particular de melhor proposta no procedimento de contratação direta.

8º Não poderá ser dispensada em nenhuma hipótese, a apresentação dos documentos de comprovação de licença perante aos órgãos oficiais, no caso de serviços específicos sujeitos documentos de comprovação de licença perante aos órgãos oficiais, no caso de serviços específicos sujeito.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 36.000,00

9.1. A estimativa de valor da presente contratação é de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), conforme estimativa do DFD nº 147/2024.

9.2. No entanto, a estimativa de valor da contratação efetiva se dará concomitantemente à seleção do fornecedor, nos termos do Art. 7º da Portaria CMC 27/2023:

Art. 7º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 5º.

§ 1º Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 5º, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

§ 2º Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.

§ 3º Fica vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição.

§ 4º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

§ 5º O procedimento do § 4º será realizado por meio de solicitação formal de cotações a fornecedores.

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como PAINEL DE PREÇOS ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II- contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III- dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas ou no aplicativo Menor Preço do Estado do Paraná, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa.

§ 2º Deverão ser priorizados preços do mercado regional e com quantitativos similares, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa.

§ 3º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado: I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado, o qual não será inferior a 5 (cinco) dias úteis, exceto nas hipóteses previstas nos incisos VII e VIII do art. 75 da Lei 14.133/2021.

II- obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão;

e) nome completo e identificação do responsável;

f) papel timbrado ou carimbo da empresa, e assinatura do responsável, quando a resposta do fornecedor for fornecida em meio físico.

§ 4º Para os casos especiais em que não for possível obter proposta formal do fornecedor, poderá, desde que justificado, ser utilizado a pesquisa de preços por telefone conforme ANEXO II.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado;

e IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

10. Adequação orçamentária

10.1. A dotação orçamentária será indicada após a realização da pesquisa de preços.

10.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do município.

11. Representante da Contratante

11.1. O responsável por representar a Câmara Municipal de Cambé será o Setor de Contratos.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Responsável pela elaboração.

FABIO DUENHAS RIBEIRO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 13/01/2025 às 15:21:02.

Despacho: Responsável pela Aprovação.

ODAIR JOSE PAVIANI

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 17/01/2025 às 15:37:51.

Plaqueta	Descrição	Detalhamento	Local
1283	COMPUTADORS 8300 4GB 240 GB WIN 1	Computador	ANEXO ADMINISTRATIVO
1264	COMPUTADOR INTEL I3 8GB 1TB WIN 1	Computador	ASSESSORIA JURIDICA I
1262	COMPUTADOR INTEL I3 8GB 1TB WIN 1	Computador	ASSESSORIA JURIDICA II
1265	COMPUTADOR INTEL I3 8GB 1TB WIN 1	Computador	CONTROLE INTERNO
806	MICRO COMPUTADOR INTEL CORE I3 , COM MOTHER GIGABYTE, GRAVADOR DE CD/DVD SATA, M	Computador	CONTROLE INTERNO
1269	COMPUTADORS 8300 4GB 240 GB WIN 1	Computador	DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO
1256	COMPUTADOR INTEL I3 8GB 1TB WIN 1	Computador	DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO
843	MICROCOMPUTADOR INTEL I5 - HD 500GB - MEMORIA 4GB DDR3 - GRAVADOR DE DVD	Computador	DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO
1276	COMPUTADORS 8300 4GB 240 GB WIN 1	Computador	DIRETORIA GERAL
1633	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - FORTREK - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	GABINETE ADEMILSON
1630	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - FORTREK - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	GABINETE CARLINHOS DA AMBULANCIA
1641	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - C3TECH - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	GABINETE DA PRESIDENCIA
1634	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - FORTREK - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	GABINETE FERNANDO LIMA
1278	COMPUTADORS 8300 4GB 240 GB WIN 1	Computador	GABINETE FERNANDO LIMA
1635	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - FORTREK - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	GABINETE GALEGO
1636	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - FORTREK - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	GABINETE IGOR MATEUS
1637	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - FORTREK - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	GABINETE JEFFERSON GUEDES
1638	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - C3TECH - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	GABINETE JOTA MATTOS
1640	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - C3TECH - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	GABINETE ODAIR PAVIANI
1627	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - FORTREK - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	GABINETE TOKINHO
720	MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR INTEL PENTIUM DUAL CORE E 6700 - MB BOXDG41TX, M	Computador	PLENÁRIO
849	MICROCOMPUTADOR INTEL I5 - HD 500GB - MEMORIA 4GB DDR3 - GRAVADOR DE DVD	Computador	RECEPÇÃO
842	MICROCOMPUTADOR INTEL I5 - HD 500GB - MEMORIA 4GB DDR3 - GRAVADOR DE DVD	Computador	RECEPÇÃO
1275	COMPUTADORS 8300 4GB 240 GB WIN 1	Computador	SALA ANTÔNIO
1626	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - FORTREK - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	SECRETARIA LEGISLATIVA
1624	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - FORTREK - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	SETOR CONTÁBIL E ORÇAMENTÁRIO
1254	COMPUTADOR INTEL I3 8GB 1TB WIN 1	Computador	SETOR CONTÁBIL E ORÇAMENTÁRIO
1620	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - FORTREK - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	SETOR DE CONTRATOS
1619	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - C3TECH - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	SETOR DE CONTRATOS
1255	COMPUTADOR INTEL I3 8GB 1TB WIN 1	Computador	SETOR DE CONTRATOS
1628	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - FORTREK - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	SETOR DE LICITAÇÕES
1618	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - C3TECH - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	SETOR DE LICITAÇÕES
1617	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - C3TECH - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	SETOR DE LICITAÇÕES
1616	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - C3TECH - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	SETOR DE LICITAÇÕES
1615	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - C3TECH - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	SETOR DE LICITAÇÕES
1648	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - C3TECH - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	SETOR DE PATRIMONIO E ALMOXARIFADO
1639	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - C3TECH - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	SETOR DE PATRIMONIO E ALMOXARIFADO
1623	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - FORTREK - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	SETOR DE PATRIMONIO E ALMOXARIFADO
1622	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - FORTREK - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	SETOR DE PATRIMONIO E ALMOXARIFADO
1632	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - FORTREK - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	SETOR DE PROTOCOLO
1629	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - FORTREK - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	SETOR DE PROTOCOLO
1273	COMPUTADORS 8300 4GB 240 GB WIN 1	Computador	SETOR DE PROTOCOLO
1631	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - FORTREK - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	SETOR DE RECURSOS HUMANOS
1621	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - FORTREK - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	SETOR DE RECURSOS HUMANOS
1625	COMPUTADOR INTEL CORE I7/16GB RAM/SSD 512GB - FORTREK - COM KIT PERIFÉRICOS TECLADO E MOUSE, WINDOWS 11 E OFFICE 2021.	Computador	SETOR DE TESOUREARIA
NOTEBOOKS E PORTÁTEIS			

1492	NOTEBOOK DELL INSPIRON 15 I1101-M30S	Computador	DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO
1491	NOTEBOOK DELL INSPIRON 15 I1101-M30S	Computador	DIRETORIA GERAL
1490	NOTEBOOK DELL INSPIRON 15 I1101-M30S	Computador	GABINETE ADEMILSON
1489	NOTEBOOK DELL INSPIRON 15 I1101-M30S	Computador	GABINETE CARLINHOS DA AMBULANCIA
1487	NOTEBOOK DELL INSPIRON 15 I1101-M30S	Computador	GABINETE FERNANDO LIMA
1488	NOTEBOOK DELL INSPIRON 15 I1101-M30S	Computador	GABINETE GALEGO
1485	NOTEBOOK DELL INSPIRON 15 I1101-M30S	Computador	GABINETE IGOR MATEUS
1486	NOTEBOOK DELL INSPIRON 15 I1101-M30S	Computador	GABINETE JEFFERSON GUEDES
1484	NOTEBOOK DELL INSPIRON 15 I1101-M30S	Computador	GABINETE JOTA MATTOS
1482	NOTEBOOK DELL INSPIRON 15 I1101-M30S	Computador	GABINETE LUCAS MIL GRAU
1483	NOTEBOOK DELL INSPIRON 15 I1101-M30S	Computador	GABINETE ODAIR PAVIANI
1481	NOTEBOOK DELL INSPIRON 15 I1101-M30S	Computador	GABINETE TOKINHO
942	NOTEBOOK ACER E5-571-33ZU CORE I3-4005U 4GB 15,6"	Computador	SETOR DE LICITAÇÕES
COMPUTADORES QUE PODEM SER VIR A SER TROCADOS			
1274	COMPUTADORS 8300 4GB 240 GB WIN 1	Computador	GABINETE ADEMILSON
924	COMPUTADOR AMD A8/4GB/500GB COM KIT PERIFERICOS	Computador	GABINETE CARLINHOS DA AMBULANCIA
1279	COMPUTADORS 8300 4GB 240 GB WIN 1	Computador	GABINETE DA PRESIDENCIA
1277	COMPUTADORS 8300 4GB 240 GB WIN 1	Computador	GABINETE DA PRESIDENCIA
937	COMPUTADOR AMD A8/4GB/500GB COM KIT PERIFERICOS	Computador	GABINETE DA PRESIDENCIA
1271	COMPUTADORS 8300 4GB 240 GB WIN 1	Computador	GABINETE GALEGO
1258	COMPUTADOR INTEL I3 8GB 1TB WIN 1	Computador	GABINETE IGOR MATEUS
1267	COMPUTADORS 8300 4GB 240 GB WIN 1	Computador	GABINETE JEFFERSON GUEDES
1268	COMPUTADORS 8300 4GB 240 GB WIN 1	Computador	GABINETE JOTA MATTOS
1272	COMPUTADORS 8300 4GB 240 GB WIN 1	Computador	GABINETE ODAIR PAVIANI
1266	COMPUTADORS 8300 4GB 240 GB WIN 1	Computador	GABINETE TOKINHO
IMPRESSORAS DE PROPRIEDADE DA CÂMARA			
1253	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL EPSON L575	Impressora	ASSESSORIA JURIDICA I
1252	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL EPSON L575	Impressora	CONTROLE INTERNO
1251	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL EPSON L575	Impressora	SETOR DE LICITAÇÕES
866	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP M 1212MF - SN CNJ8F4M95M	Impressora	SALA ANTÔNIO
841	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - MARCA HP - MODELO PRO M1212MFP - SN. CNJ8F3H14G	Impressora	ASSESSORIA JURIDICA II
1144	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL EPSON L575	Impressora	SETOR DE PATRIMONIO E ALMOXARIFADO
1141	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL EPSON L575	Impressora	SETOR DE TESOUREARIA
1140	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL EPSON L575	Impressora	SETOR DE RECURSOS HUMANOS
1139	IMPRESSORA EPSON L575	Impressora	SECRETARIA LEGISLATIVA
1138	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL EPSON L575	Impressora	DIRETORIA GERAL
1137	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL EPSON L575	Impressora	DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO
809	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP LASERJET M 1536 MFP - FAX, COPIADORA, ETHERNET RJ 4	Impressora	GABINETE DA PRESIDENCIA



PROCESSO ADMINISTRATIVO nº **XXXXXX** – CMC

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº **XXXXXX** – CMC

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº **XXXXXX** - CMC

TERMO ADITIVO nº **XXXXXX**

ATO QUE AUTORIZA A LAVRATURA: **XXXXXX**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
XXXXXXXXXX/XXXXXXXXXX, QUE
FAZEM ENTRE SI A CÂMARA
MUNICIPAL DE CAMBÉ E
XXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:**

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBÉ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Inglaterra, 655, inscrita no CNPJ sob nº 01.587.762/0001-07, neste ato devidamente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Sr. LEONILDO APARECIDO JULIÃO, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF sob nº XXX.545.079-XX e

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXX**, sediada na **XXXXXXXXXX**, nº **XXXXXXXXXX**, bairro **XXXXXXXXXX**, no Município de **XXXXXXXXXX**, Estado do **XXXXXXXXXX**, neste ato representado(a) por **XXXXXXXXXX**, (nome e função do contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº **XXXXXXXXXX**, e em observância às disposições da (Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 ou Lei nº 14133 de 01 de abril de 2021).

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **empresa especializada em manutenção de informática nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência 93/2024.**

1.2. Objeto da contratação:



LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND. DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de informática, instalação e configuração de softwares e configuração e manutenção da Rede Interna, para a Câmara Municipal de Cambé.	9511-8/00	Meses	12	xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. A Autorização de Contratação Direta e o Aviso de Dispensa Eletrônica

1.3.3. A Proposta do contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO ([art. 92, VII](#))

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 13 meses, contados da data da publicação no Portal Nacional de Compras Públicas, o prazo de execução do serviço será de 12 meses, ou seja, de xxxxxxxxxxxx até xxxxxxxxxxxx, prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.



2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ ~~xxxxxxxx (xxxxxxxx)~~.

5.2. O valor mensal da contratação é de R\$ ~~xxxxxxxx (xxxxxxxx)~~.

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado;

7.2. Após o interregno de um ano, desde que haja pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser ajustados, mediante aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



7.3. A celebração de aditamento para prorrogação do prazo de vigência, sem pedido de reajuste ou ressalva quando à ulterior análise, será considerada como renúncia ou preclusão lógica do direito

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do serviço contratado através de servidores especialmente designados;

8.6. Atestar a nota fiscal após o efetivo fornecimento do serviço, objeto do Termo de Referência;

8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato, quando necessário;



8.10. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

8.11. Explicitamente emitir decisão, no prazo máximo de 90 dias, sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.



9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, conforme artigo 116 da lei 14.133/2021;

9.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme parágrafo único do artigo 116 da lei 14.133/2021;

9.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);



9.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.20. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.22. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, memorial descritivo ou instrumento congênere.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII e XIII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual, conforme item 4 do Termo de Referência 93/2024

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;



g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV) Multa:

- a) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - i) O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- c) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.



- d) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
- e) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 15% a 25% do valor do Contrato.
- f) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.
- g) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [\(art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.9. A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE-PR em determinação à Lei Complementar nº 113/2005 do Estado do Paraná. A regulamentação consta nos artigos 6º ao 14 da Instrução Normativa nº 156/2020 deste Tribunal de Contas.



11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo documento ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.



12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.4. O contrato poderá ser extinto:

12.4.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.4.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

12.5. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado.

12.6. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.7. Caso no dia do vencimento alguma manutenção esteja em andamento, o contrato será prorrogado automaticamente até que o serviço seja concluído e será extinto tão logo ocorra a conclusão.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Próprio da Câmara Municipal de Cambé, na dotação **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**.



14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), em sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#), bem como a divulgação do extrato deste contrato no Jornal Oficial do Município de Cambé.



17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cambé, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

LEONILDO APARECIDO JULIÃO
Presidente
Câmara Municipal de Cambé

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Sócio Administrador

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX